

FILME PERTURBA ATÉ OS 'CAVEIRAS' DE CARTEIRINHA

Luiz Eduardo Soares* -

Mesmo quem aplaude a lei do cão sente que a brutalidade do capitão não esconde a voz angustiada de seu corpo

Como têm reagido as platéias ao filme *Tropa de Elite*, que exhibe a coreografia e os bastidores da brutalidade policial? Ainda é cedo para saber. Mas há indícios reveladores. É preciso avançar com cuidado neste terreno, ou correremos o risco de fazer com a sociedade o que alguns críticos fizeram com o filme: simplificar todo um universo complexíssimo com um rótulo fácil. Há os que riem diante da tortura. Mas será que rir expressa adesão ou algum profundo desconforto? Alguns gritam "caveira" e aplaudem o Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais da PMRJ) nas ruas. Sim, é verdade, mas, nesse caso, não nos precipitemos em generalizações. Vejamos o que nos diz uma pesquisa recente, publicada por Alberto Carlos de Almeida em seu livro *A Cabeça do Brasileiro* (Editora Record): "Quase 40% da população brasileira acha certo que alguém condenado por estupro seja vítima do mesmo crime na cadeia". "Pouco mais de um terço da população considera correto que a polícia bata nos presos para obter confissões de supostos crimes".

Práticas como "... a polícia matar assaltantes e ladrões e a população linchar suspeitos de crimes contam com a aprovação de, respectivamente, 30% e 28% da população".

Portanto, não é de se espantar que haja quem aplauda a tortura e as execuções. Esses não foram convencidos pelo filme de que torturar é bom, executar é bacana. Eles se identificaram com personagens que encarnam seus valores e expressam suas emoções. Não se identificaram com "o filme", mas encontraram no filme pontos de fixação e ali ancoraram seu ressentimento e suas crenças. Dificilmente um filme mudaria a cabeça de um terço da população que já se inclina para a aprovação de posturas arbitrárias.

Entretanto, mesmo para esses, alguma tensão talvez tenha sido provocada. O narrador, como veremos a seguir, é um personagem imerso no mundo que o filme retrata. O que ele diz coincide com a sensibilidade e as idéias dessa parte da população, mas as dimensões não-verbais, simbólicas e inconscientes do filme desestabilizam essa sensibilidade e essas idéias, de um modo que parece ter precipitado um curioso efeito de júbilo e insatisfação. Por isso, a reação predominante desses que se identificam com a ideologia-caveira parece estar sendo a de ver várias vezes o filme. Como se algo estivesse fora do lugar e precisasse ser identificado, processado e repostado em seu lugar original. Reagem como se estivessem diante de uma assimetria, que exigisse sucessivos movimentos de acomodação. Tudo parece estar em seu lugar e soa certo, mas

algo escapa e cobra o esforço de reorganização. O filme não sacia os que pensam encontrar ali o alimento para suas convicções autoritárias. A equação não se resolve, a conta não fecha.

Seja como for, há um fenômeno ainda por compreender, que a pirataria tornou possível, mas não explica: o filme mobilizou o imaginário coletivo, sem limites de classe, cor, sexo, idade ou gênero. Minha hipótese: nele, o que se ostenta é forte e o que se oculta, mais forte ainda. O que se exhibe é conhecido, mas nunca foi exposto por esse ângulo - e o contraste entre familiaridade e estranhamento inquieta e seduz. O que se oculta, ou melhor, trafega sob a epiderme da narrativa, é o desencaixe entre, por um lado, a visão de mundo autoritária e aparentemente auto-suficiente do policial-narrador e, por outro, seu sofrimento, sua hesitação não verbalizada, sua incapacidade de tornar humana a vida que vive. Quem viu o filme e saboreou a violência, aderindo à crueldade, pode ter sido inoculado, sem o saber, com o veneno de um desconforto perturbador, que talvez possa desestabilizar certezas e abrir novas chaves de sensibilidade e valor. Para que se entenda esse ponto crucial, sugiro a seguinte interpretação do filme.

Um capitão do Bope, instado a comandar sua tropa em uma série de operações inseqüentes, pratica toda sorte de atrocidades para cumpri-las, torturando e executando suspeitos nas favelas cariocas. Conduzido ao paroxismo da angústia, ante o absurdo de sua tarefa, o capitão decide procurar um substituto para afastar-se do Bope. A ansiedade se intensifica: pânico, suor e tremores, desequilíbrio em casa, hesitação nas incursões. Capitão Nascimento vê as duas pontas do processo aproximarem-se: seus pares convencionais, corrompidos, confundem-se mais e mais com os criminosos, vendendo armas e negociando com o crime. Por isso, seu batalhão os mata. Mas as práticas que ele agencia o tornam fonte da violência e instrumento de sua reprodução: seus atos se confundem, crescentemente, com a selvageria dos traficantes.

Onde estão as instituições, as Leis, o Estado Democrático de Direito, os vestígios da civilização? O que distingue bandidos e polícia, se a violência arbitrária é a linguagem comum que os identifica? Convertem-se em extensões um do outro. A máquina que reproduz a brutalidade está em marcha. Já não se conhecem princípio (nem princípios) e fim (nem finalidades). Nesse continuum, capitão Nascimento sufoca, tenta esticar a cabeça para respirar, sente a carótida pulsar, aperta as têmporas com as mãos, se entope de remédios tarja preta.

Para sair do batalhão, não basta que Nascimento procure um substituto. Ele tem de criá-lo e o faz no ritual de passagem para ingresso no Bope. Convertidos a uma nova identidade, corpo e espírito do neófito retornam à sociedade sob "nova direção". O escolhido e adestrado para substituir Nascimento é um rapaz pobre e negro, de nobres intenções, policial que se horroriza com a corrupção dos convencionais, que experimentará ao longo de toda a narrativa uma dualidade exasperante: à noite incursiona em favelas; pela manhã, junta-se a seus colegas da elite, no curso de direito. À noite, caça quem vende drogas aos colegas da faculdade, com os quais é obrigado a conviver durante o dia. A dupla fidelidade

arruinará seus propósitos elevados, tais como ele os entendia originalmente. A ponte entre os dois mundos se romperá. Entretanto, ao rebelar-se contra os colegas "burgueses" e vestir a farda negra, de corpo e alma, André Matias continuará reproduzindo a lógica da "guerra", em cujo âmbito esses mesmos colegas esbanjam prerrogativas. Assim como Nascimento, André encontra-se com seu contrário.

As contradições entrelaçadas são integradas por uma fricção sintética e superior, que abrange os atritos entre as linhas de força até aqui identificadas. Refiro-me ao choque entre a linguagem visual do filme e as convicções autoritárias de Nascimento, narrador que não enxerga um palmo além da lógica a que o submetem as regras do jogo jurídicas e políticas em vigor. Os enquadramentos e as seqüências ecoam o descentramento, as hesitações, a ansiedade, a respiração tensa do narrador. Nas palavras de Nascimento, proclama-se a visão de mundo que corresponde à limitada consciência de um agente social que reproduz dinâmicas históricas cuja lógica ignora. Eis um exemplo: ele diz que só há três alternativas para um policial, no Rio de Janeiro: corromper-se, resignar-se ou ir à guerra. Claro que essas três opções são as únicas apenas se a regra do jogo da criminalização das drogas existe, se a polícia é o que se sabe, etc. Fossem outras as regras do jogo, as opções que se ofereceriam à consciência do policial seriam diferentes. Portanto, Nascimento proclama uma visão de mundo que não passa de auto-engano, mas que se quer férrea, inabalável.

Simultaneamente, sua linguagem corporal e as imagens dizem o contrário. As convicções de Nascimento desmancham no ar. A performance de Wagner Moura e a direção de José Padilha são impressionantes porque focalizam justamente esse ponto delicado de (des)equilíbrio: contra as palavras e a ideologia que elas professam, a angústia e a hesitação no corpo, e a sinuosidade vacilante das imagens. Nascimento não é morto para que a justiça prevaleça. Nem vai ao psicanalista para explicar ao espectador seu drama. Essas seriam soluções triviais e redundantes, incompatíveis com a riqueza simbólica. Sua percepção autoritária e seu comportamento inaceitável são desconstruídos, em sua matriz, pelo sistema-filme - essa constelação de significados que a obra põe em movimento.

O ANO EM QUE DAREMOS FÉRIAS À TROPA DE ELITE

Jurandir Freire Costa*

Nem tudo se perdeu: ainda há o cidadão comum

Dois filmes brasileiros, *O Ano em que meus Pais Saíram de Férias*, de Cao Hamburger, e *Tropa de Elite*, de José Padilha, candidataram-se a representar o Brasil na competição pelo Oscar de melhor filme estrangeiro. O primeiro foi escolhido, dividindo as opiniões divulgadas pela mídia. Deixo a quem compete o trabalho de dizer qual deles dispõe das qualidades técnicas e artísticas com mais chances de premiação. De minha perspectiva, importante é discutir a imagem da cultura brasileira apresentada pelos dois. Desse aspecto, julgo que ambos sejam extremamente bem-sucedidos.

No filme de Cao Hamburger, o Brasil dos anos 70 é visto pelo olhar de um garoto, cujos pais são obrigados a fugir da repressão policial no período da ditadura militar. A criança deveria ser deixada com o avô, que, nesse entretempo, morre. Sozinho e sem ter a quem recorrer, o menino é cuidado pela comunidade judaica, à qual o avô pertencia. No final, a mãe retorna. O filme dá a entender que tanto ela quanto o marido haviam sido torturados e o último havia morrido. O menino é exilado com a mãe e, ao se despedir carinhosamente dos que o ajudaram - em especial do velho vizinho do avô, figura central no enredo -, pensa em off que “ser exilado é ter um pai que se atrasa tanto, tanto, que nunca chega”.

Tropa de Elite, ao contrário, mostra o Brasil de hoje. Precisamente, o Rio de Janeiro de 1997, por ocasião da visita do papa João Paulo II. O pano de fundo é totalmente diverso: favelas, tráfico de drogas, corrupção policial e, por fim, as entranhas do Bope, a tropa policial de elite que dá título ao filme. Se o inferno tivesse alguma feição, com certeza seria algo semelhante ao que o diretor nos faz ver. Nos guetos marginais das favelas, miséria socioeconômica e miséria moral dão-se as mãos na corrida desenfreada de delinqüentes e policiais para provar quem consegue ser mais violento.

Tortura, sanguinolência, delação, falta de escrúpulos, tudo fede à mais estúpida desumanidade. José Padilha não poupa talento e recursos dramáticos para deixar-nos cara a cara com o que de mais macabro produzimos em matéria de desrespeito à vida e à dignidade da pessoa.

Instituições falidas e indivíduos desencantados debatem-se como moscas tentando escapar da maligna teia de destruição que se contrai e os tritura de forma inexorável. É o lado do Brasil cronicamente inviável, fluindo num jorro de imagens que comovem, dão repulsa e fazem pensar.

A pergunta é inevitável: o que nos aconteceu entre 1970 e 2007? Várias hipóteses podem ser levantadas. A que mais facilmente vem à tona é de ordem político-econômica. Perdemos, afirmam alguns, as aspirações da geração 1968.

Nosso destino histórico foi entregue à sede de lucros materiais e o resultado veio a galope: individualismo à outrance, consumismo, cinismo, evasão pelo entretenimento e adoração drogada do próprio corpo. A tese é discutível em alguns pontos, mas, certamente, há algo de verdade na explicação. A decadência da política - numericamente controlada por parlamentares que agem como mafiosos -, o endeusamento irracional da economia e a presença intrusiva da moral do espetáculo na vida cotidiana contribuíram, em muito, para o aparente aumento da insensibilidade em face do bem comum ou das carências do próximo.

José Padilha, entretanto, vai adiante. Quaisquer que tenham sido as causas da mudança, mostra ele, o efeito cultural foi além do imaginável. A desagregação da hierarquia dos valores éticos lesou o cerne da pessoa moral, ou seja, a capacidade que devemos ter de decidir entre o certo e o errado e dar sentido à própria vida. Em *O Ano em que meus Pais Saíram de Férias*, os rivais políticos sabiam por que matavam e morriam. Os defensores da ditadura achavam que torturar e assassinar dissidentes significava proteger o Brasil do perigo comunista; os partidários da democracia ou do socialismo, por seu turno, queriam restaurar o Estado de Direito democrático ou realizar a revolução. Na bela metáfora da ida para o exílio, posta na boca do garoto, isto fica patente. A esperança de um mundo melhor confundia-se com a expectativa do reencontro com o pai. O reencontro, embora indefinidamente adiado, já era presentemente vivido. Dizer que o exílio era a condição de quem esperava por um pai que nunca chegava era dizer que depois do exílio o pai e seus ideais poderiam vir a ser reabilitados.

Em *Tropa de Elite*, essa moral comum às utopias messiânicas dá lugar à mais desoladora desistência. Policiais corruptos ou justiceiros, marginais e estudantes usuários de drogas ilegais não sabem o que buscar, exceto sobreviver hoje e amanhã. Agem como sonâmbulos presos num pesadelo. Tudo que importa é abolir o tráfico ou manter o tráfico. Nenhum dos personagens parece sentir-se exilado, pois o deserto ético transformou-se no último horizonte de suas existências. No que dizem, palavras como violência e paz, justiça e injustiça, autoridade e obediência, soam vazias e apenas fazem eco a sentimentos de vingança, ressentimento, culpa ou autopunição. Criaturas supérfluas em um mundo supérfluo.

É aqui que o corte entre os dois filmes salta aos olhos. Visto com mais atenção, *Tropa de Elite* poderia ser grafado no plural, sem perda de conteúdo. Na verdade, as supostas elites retratadas no filme são duas: a policial e a universitária. O detalhe nada tem de irrelevante. Nele se repete um dos mais lastimáveis fenômenos da cultura brasileira, qual seja, a recalcitrante incapacidade de nossa autodeclarada elite de agir, de fato, como uma legítima elite. Elite - faça-se justiça à tradição lingüística - é o conjunto dos melhores. E os melhores, no credo democrático-humanitário, são os que mais contribuem para fortalecer os ideais de

igualdade, liberdade e fraternidade. Ora, a pretensa elite nacional jamais se conduziu segundo esses princípios, donde a relação promíscua que sempre manteve com o que a polícia pode ter de mais abusivo e imoral.

Inicialmente, o retrógado senhoriato rural, candidato bastardo à elite, usou a polícia para confinar a realidade dos guetos pobres nas letras de samba e desfiles de carnaval. Foi a época de ouro das “anedotas, champanhotas” e do famigerado “sorry, periferia”. Na atualidade, a sandice cultural mudou de tom, mas fundamentalmente continuou a mesma. A polícia foi, de novo, usada para deixar que os mesmos guetos se convertessem em entrepostos de drogas ilegais. Só que a criatura fugiu ao controle do criador. Os piores do andar de baixo - como reza o preconceito - se deram conta, rapidamente, de que podiam extorquir e explorar quanto quisessem os piores do andar de cima. Daí para a emancipação da tutela policial o passo foi curto. Em duas ou três décadas, os guetos marginais passaram de quitanda de drogas a centros de treinamento intensivo em sordidez moral para policiais. A leviandade político-social continuaria impune, não fosse um fato novo: o montante de dinheiro circulante com o comércio de drogas permitiu que a nata da delinqüência se armasse até os dentes para defender a prosperidade de seus negócios. Conclusão: a sociedade brasileira, uma vez mais, tem sua agenda de problemas comandada pela incoseqüência de uns poucos. O mesmo tipo de grupúsculo social, que outrora insistiu em negar a indecência humana das favelas, voltou a recorrer à truculência repressiva. Desta feita, para conter os excessos da aberração que pôs no mundo e acabou nos tornando reféns de bandidos e policiais corruptos.

Boa parte do desconforto provocado por Tropa de Elite vem do fato de percebermos que o odioso ciclo do crime não tem saída, posto que se alimenta da própria deterioração. Combater o comércio de drogas e armas com Bopes é querer extirpar a violência com mais violência, isto é, com mais da mesma coisa. Faz sentido discutir com seriedade se a legalização das drogas ilegais seria um antídoto possível para a situação; insensato é persistirmos vendo o problema pelas lentes dos habitantes desse submundo. Nesta guerra entre aspas, o inimigo não são os infelizes do lado de lá ou do lado de cá; o inimigo é a consciência degradada dos que consideram que, para o populacho, favela está de bom tamanho. Ou eliminamos essa mentalidade torpe de nossa vida cultural ou nos condenamos a suportar mais e mais carnificina.

Um dos maiores méritos de Tropa de Elite é deixar claro que a banda podre da polícia nada mais é do que o espelho da banda podre de elites que usurparam o direito a portar um nome ao qual jamais fizeram jus. Policiais corruptos e brutalizados, marginais guetificados e usuários irresponsáveis de drogas ilegais não nasceram da cabeça de Zeus. Eles são o refugo de uma ordem sociocultural que manteve o gozo dos direitos democráticos reservado a uma minoria civicamente analfabeta, moralmente míope e culturalmente descomprometida com a construção de uma nação brasileira digna deste nome.

Entretanto, se a “elite” perdeu a cabeça e alma, isso não quer dizer que tudo esteja perdido. Em uma espécie de contraponto à crua denúncia feita por José Padilha, Cao Hamburger assinala o contraste existente entre o Brasil dos restos humanos e o Brasil do cidadão comum. Este último cidadão, em 1970 como em 2007, apesar da pouca visibilidade social, não sucumbiu à moral da descrença. Sua vida, na superfície, é prosaica, mas, no fundo, é o que mantém este país de pé. Trata-se do indivíduo ordinário, que não é santo ou herói, mas, simplesmente, alguém capaz de agir com correção e honradez, se a urgência da questão o exigir. Sem rompante ou bravata, ele cultiva as virtudes cívicas elementares, como apreço pelo trabalho, pela honestidade e pela decência. Embora movido pelo egoísmo narcisista, pela tentação do oportunismo ou pela sedução do sucesso midiático, como qualquer um de nós, também sabe ser compassivo e solidário se assim for necessário. São esses brasileiros que no filme de Hamburger protegem o pequeno personagem, mesmo pondo em risco o próprio bem-estar. São eles a verdadeira tropa de elite dos ideais democráticos de homens como frei Caneca e Joaquim Nabuco; é apostando neles que traremos de volta os órfãos ainda exilados do sonho Brasil.

Para os desesperados, isso é idiotice sentimentalóide de quem não vê que “este país não presta”; para os cínicos, a súplica da mediocridade piedosa. Penso de modo diferente. Penso que esses cotidianos exercícios de respeito pelo outro e de crença no próprio poder de mudar são a quintessência da riqueza material, moral, intelectual e espiritual de um povo. Por meio deles, quem sabe, chegará o ano em que daremos férias às elites e às tropas que nos envergonham e nos privam de viver num país à altura da maioria de nós.

Dois filmes a serem vistos e revistos; dois grandes cineastas, eles sim, exemplos da elite que queremos ter.

* Jurandir Freire Costa, psicanalista, é professor do Instituto de Medicina Social da UERJ e autor, entre outros livros, de *A Inocência e o Vício* (Relume-Dumara, 2002) e *O Vestígio e a Aura* (Garamond, 2004)

O QUE PODE A LINGUAGEM?

José Padilha e Luiz Eduardo Soares¹

Um capitão do Bope, Batalhão de Operações Policiais Especiais da PM do Rio de Janeiro, depois de torturar por horas um adolescente pobre e negro, numa favela carioca, ante a resistência de sua vítima em delatar o parceiro do tráfico, apanha uma vassoura e determina a seu subordinado: “Zero-Seis, arreia as calças dele”.

“Foi então que me ocorreu estreiar os Golfinhos de Miami. Fomos até uma caixa d’água. Retiramos dois fios da rede de iluminação pública. Mandamos o Juninho entrar na caixa e mergulhamos as pontas dos fios, uma em cada lado. Que beleza! Você precisava ver aquilo. Ele saltava com leveza e graça. Só faltava trilha sonora e um jogo de luzes”.

Qual o horror maior, o maior assombro? As cenas descritas de um ponto de vista distante e crítico, interpretando suas condições de possibilidade histórico-culturais, ou na voz e pela perspectiva de quem incorporou tais condições, inconsciente de sua eficácia subliminar e ubíqua, inteiramente distante de qualquer sensibilidade crítica?

Optamos pelo horror maior. Tortura prescinde de adjetivos e meta-linguagem. Tortura é sinônimo de barbárie; seria absurdo explicar as razões pelas quais ela é o inverso de toda razão. A primeira cena está no filme **Tropa de Elite**; a segunda no livro, **Elite da Tropa**, que nasceram e cresceram obras distintas e autônomas, mas atravessadas por fontes, referências, intenções e estrutura narrativa comuns. E uma indagação compartilhada: como a sociedade constitui policiais capazes de torturar e de atribuir à selvageria um sentido, convertendo-a em performance funcional e em instrumento de trabalho passível de cálculo e distribuição metódica?

Seria extremamente simplificador reduzir a magnitude desse problema e sua complexidade a explicações de natureza individual, moral ou psicológica. Ainda que essas dimensões sejam relevantes, patologias e idiosincrasias, “desequilíbrios” e “desvios de caráter” não dariam conta da escala do fenômeno, nem de sua incessante reprodução. Sob 4 329 mortes provocadas por ações policiais nos últimos quatro anos, no estado do Rio, muitas das quais ocultando execuções, está em curso a afirmação repetida de um padrão institucionalizado, de uma cultura corporativa, de uma política. A maioria desses atos é praticada por indivíduos tão normais quanto podem ser, em média, cidadãos de nosso país: pais de família, estudantes universitários, religiosos, dotados do juízo mediano que caracteriza o senso comum. Aqueles que perpetram essa barbárie justificam seus atos recorrendo ao estoque de valores disponível em nossa cultura, adaptando o

¹ José Padilha é diretor do filme **Tropa de Elite** e co-roteirista com Bráulio Mantovani e Rodrigo Pimentel. Luiz Eduardo Soares é professor da **ESPM** e da **UERJ**, secretário municipal de **Valorização da Vida e Prevenção da Violência**, de Nova Iguaçu (RJ), e co-autor do livro **Elite da Tropa** (ed.Objetiva), com André Batista e Rodrigo Pimentel.

inominável às expectativas éticas que organizam os discursos correntes. Essa estranha e oblíqua operação naturaliza o abominável. O corpo do outro, desprovido de subjetividade e valor intrínseco, reduz-se a meio e objeto sobre o qual o poder se exerce.

Mas essa experiência tem de ser aceitável para seu protagonista, não só para a sociedade. É indispensável adaptá-la a uma visão de mundo que a justifique. Livro e filme buscam desvelar essa operação adaptativa e essa visão de mundo, focalizando-as a partir de seu interior e de seus mecanismos cotidianos, conduzindo leitor e espectador ao fundo mais sombrio de suas possibilidades emocionais e simbólicas.

Um personagem verossímil e capaz de ser o anfitrião nesse universo de trevas, vinganças e estratégias, tem de crer nesse mundo que criou (ou ao qual aderiu) para apaziguar suas angústias, no esforço desesperado e impotente de compatibilizar valores e práticas inconciliáveis. Esforço vão, mas, por isso mesmo, sempre reiniciado, de racionalizar, processar, elaborar o excessivo, o resíduo que escapa, o vestígio que não se encaixa. Alguém poderia acreditar que o personagem que crê em sua ilusão perversa seria poderoso a ponto de seduzir sua platéia, a despeito da crueza de seus atos mais violentos?

Desconstruir essa visão de mundo e os mecanismos micro-políticos que a tornam social e subjetivamente sustentável exige mais do que palavras críticas e conscientes. Requer a dramatização de seus impasses pelo atrito entre, de um lado, a opacidade impermeável dos valores que justificam a barbárie em nome da civilização, e, de outro, as imagens descentradas, incompletas, sujas, resistentes à unidade clássica que tudo integra, pacifica e harmoniza.

FASCISMO É OUTRA HISTÓRIA

Embora Nascimento seja o protagonista da história, ele não é apresentado como herói

Marcelo Coelho

FASCISTA? NÃO achei nem um pouco. Se há algo a concluir de "Tropa de Elite", filme de José Padilha, é que policiais são corruptos, torturadores e assassinos; que quando querem ser honestos aderem a um grupo de psicopatas; e que os traficantes são piores ainda.

Mas cabe entrar em acordo quanto à definição do termo. "Fascista", naturalmente, não se refere ao fenômeno político de extrema-direita comum nos anos 30, que

envolve uma série de características ausentes quando se emprega a palavra hoje em dia.

Penso, por exemplo, na mobilização de massas em torno de um herói providencial, empenhado em "salvar a pátria" de perigos como o comunismo e a cobiça dos banqueiros internacionais.

Classificar um filme de fascista, atualmente, significa dizer que promove a glorificação da violência, o desprezo à lei e aos direitos humanos. Para o fascista, se não houvesse as ONGs para atrapalhar, a segurança pública estaria garantida. A polícia poderia fazer o seu serviço de limpeza, matando quantos bandidos quisesse, e assim todos os cidadãos de bem poderiam viver tranquilos. Nesse sentido, parcela expressiva da população talvez possa ser chamada de fascista; e aqueles que, assistindo a "Tropa de Elite", aplaudem as ações do capitão Nascimento (o excelente Wagner Moura), sem dúvida merecem essa qualificação.

Fora a circunstância de que a história se passa nos morros do Rio de Janeiro, esse público tem muito mais a aplaudir em qualquer filme de tiroteio americano do que na produção de José Padilha.

A primeira metade do filme quase não tem morticínio; o que vemos, sobretudo, é um retrato circunstanciado, e quase sociológico, da corrupção policial. Os carros estão em péssimo estado; peças e motores são roubados pelos próprios membros da corporação. Os PMs matam-se uns aos outros na disputa dos pontos de arrecadação de propina. O encarregado de distribuir as folgas entre os soldados exige pagamento para ser camarada.

Quanto aos incorruptíveis, estes só poderão sentir orgulho da polícia se envergarem a farda negra, com insígnias de caveira, do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais). Há ritos sinistros no meio da mata, treinamento brutal e obsessivo, tudo aquilo que, da SS nazista aos filmes de direita americanos, todo mundo conhece bem.

Mas, num filme americano, para nada dizer da propaganda nazista, há um aspecto que "Tropa de Elite" não apresenta de jeito nenhum. É a idéia de que, "assim", as coisas se resolvem.

Com toda evidência, o filme de José Padilha não faz essa aposta. Embora o capitão Nascimento seja o protagonista da história e, portanto, tenha traços de humanidade, não é apresentado como um herói nem como um injustiçado; muito menos sua humanidade se cerca dos recursos sentimentais tão comuns em Hollywood: ninguém ameaça seu filhinho, por exemplo, nem toca na sua mulher...

Ao longo de "Tropa de Elite", inexistente aquele aprendizado do ódio ao vilão que Hollywood costuma impor à platéia. E as cenas de violência, embora causem enorme impacto, não ganham aquela volúpia de pormenores, aquela coreografia

quase mística, aquela segura decisiva e irretorquível que se produz, por exemplo, nas poucas coisas de Takeshi Kitano ou de John Woo a que tive estômago de assistir.

Claro que não se trata apenas de avaliar ideologicamente o filme de José Padilha. A polêmica tem incidido neste ponto, mas envolve um julgamento estético também. A "estética" fascista depende de simplificação psicológica, concessão sentimental, rigor hierático e erotismo reprimido. Não há nada disso, nem tampouco alguma beleza em "Tropa de Elite".

A arte do filme talvez esteja escondida em coisas muito sutis: por exemplo, a circunstância de que vários horrores daquela história em particular nascem de iniciativas aparentemente inocentes, como a de oferecer óculos novos a um menino da favela... Mas aí não posso contar mais nada. Só concluo dizendo que fascista é o filme que apresenta a violência policial como solução. "Tropa de Elite" não mostra soluções, só problemas. E estes, com certeza, são bem fascistas.

"TROPA DE ELITE"

"Nóis goza", mas "nóis sofre" de culpa: somos desculpados de nossa inércia pela culpa

Contardo Calligaris

NA SEXTA passada, "Tropa de Elite", de José Padilha, estreou em São Paulo e no Rio; amanhã, entrará em cartaz no resto do país. O filme é inspirado no livro "Elite da Tropa" (Objetiva), de Luiz Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel (os dois últimos são policiais).

Padilha nos apresenta um momento de crise na vida do capitão Nascimento (o ótimo Wagner Moura), do Batalhão de Operações Policiais Especiais da PM do Rio. Além do combate entre as forças da ordem e os bandidos do tráfico, há quatro eixos de tensão: a oposição entre o Bope (um pequeno corpo de incorruptíveis treinados para a guerra) e um sistema policial inepto e corrupto; o conflito entre a vida de família do capitão, que vai ser pai, e, do outro lado, a brutalidade de sua tarefa; a luta do capitão contra o desgaste e os efeitos traumáticos de seu dia-a-dia; o embate entre a polícia e os próprios cidadãos de quem ela deveria defender a vida, a tranquilidade e as posses. Para cada um desses eixos, qualquer cinéfilo poderia evocar vários filmes memoráveis,

sobretudo americanos. Mas o embate entre a polícia e os cidadãos que ela defende revela, no filme de Padilha, uma especificidade nacional: nas classes privilegiadas e supostamente "ordeiras", a simpatia pelo crime e a antipatia pela polícia não são efeito, como de costume, de rebeldia e sede de aventuras. Elas nascem de um forte e difuso sentimento de culpa social ou, no mínimo, justificam-se por ele.

Mas vamos com calma. Em "Tropa de Elite", o cineasta José Padilha conseguiu, de maneira admirável, suspender o julgamento e apresentar nossa "guerra" cotidiana como um incômodo dilema moral, sem tomar partido. Para alguns, essa suspensão do julgamento valeu como uma negação da culpa social que, aparentemente, segundo eles, deveria orientar nossa compreensão do mundo.

Com isso, o filme foi acusado de "idealizar" o Bope e de fazer uma apologia "fascista" do "Estado policial" e da tortura instituída.

Essas críticas são descabidas, mas resta a pergunta: será que não é perigoso calar nossa culpa social? Será que a culpa diante da injustiça não é justamente o que nos levaria a entendê-la melhor e a agir? Pois é, nada disso. Respondo: 1) Em regra, a culpa não produz ação, mas descarrego. Funciona da seguinte maneira: somos autorizados a fazer pouco ou nada para que a situação mude porque o sofrimento de nossa consciência nos absolve. Inversão da frase de José Simão: "nóis goza" de muitos privilégios, mas "nóis sofre" de muita culpa. Somos desculpados de nossa inércia pela culpa que sentimos.

2) Também em regra, a culpa é péssima conselheira. Ela induz a acreditar numa contabilidade estapafúrdia, pela qual há cidadãos que devem e outros aos quais é devido, sem a mediação de lei alguma. Assim, Ferréz, na Folha da segunda passada, pode achar que o relógio roubado de Luciano Huck "paga" a miséria de seus assaltantes. Ele se expressa como se a lei não fosse (não devesse ser) a referência comum para todos: o problema não é que assaltar é crime, Huck é culpado e devedor, e o "correria" cobra o devido. Essa maneira de entender o social oferece a todos uma compensação substancial: se a lei não é a referência comum, podemos ser assaltados nos faróis, mas também podemos praticar cada tipo de mediocridade moral e de ilegalidade, sonegar, saquear o bem público, pagar salários de esmola e por aí vai.

Em agosto, uma versão inacabada de "Tropa de Elite" foi distribuída ilegalmente em DVD, de camelô em camelô, pelo país afora. Nessa ocasião, houve vozes para justificar a pirataria e racionalizar um desrespeito endêmico à lei. Havia o estilo "eu não serei o único otário", que, grosso modo, diz assim: "Se Renan Calheiros é presidente do Senado, eu posso comprar um DVD pirata". E havia o estilo "está na hora de mudar", em que um ato que nega a propriedade intelectual

é justificado diretamente pela injustiça social dominante. Valia tudo, salvo o óbvio: pela lei, piratear é crime.

Pois bem, quando a culpa organiza nossa visão do mundo, tudo é permitido, assaltar de moto, a pé, de carro ou de colarinho branco.

Se você quiser passar uma hora e meia com o coração na mão e se quiser pensar e viver a realidade nacional um pouco além dos limites impostos pela consciência culpada, não perca "Tropa de Elite".

VOCÊ VIU 'TROPA DE ELITE'?

Pedro Doria*

Não demora muito para baixar Tropa de Elite, filme ainda por estrear dirigido por José Padilha, pela rede Bit Torrent de trocas. Coisa de duas horas. São raros os filmes que descem assim tão rápido. Quer dizer uma coisa simples: tem muita gente baixando e a oferta é vasta.

Jamais havia acontecido algo do tipo, no Brasil: um filme que cai na rede antes de ser lançado. De imediato, desconfiou-se que o diretor o pôs propositalmente para provocar o disse-me-disse. É uma desconfiança legítima.

Michael Moore o fez, nos EUA, com seu último documentário – Sicko. E promove ativamente a prática de distribuição gratuita. Seu argumento é de que quer ser visto, não lhe importa o dinheiro.

Mas não foi o caso de José Padilha, ficou claro na semana passada, quando três funcionários da empresa de legendas Drei Marc foram localizados pela polícia carioca. Eles confessaram ter feito a cópia que terminou na internet e no mercado de DVDs piratas.

O que terminou igual ao caso de Sicko foi a repercussão. Embora seu filme não tivesse sido lançado, Moore pôs na pauta americana a discussão a respeito da saúde pública e pelo direito ao atendimento universal.

Tropa de Elite fala de corrupção policial e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. O filme é baseado no livro de mesmo nome escrito por três homens que entendem do assunto. O sociólogo Luiz Eduardo Soares foi secretário de Segurança do estado; Rodrigo Pimentel e André Batista são policiais do Bope, o Batalhão de Operações Especiais da PM carioca.

Na primeira vez em que subi um morro no Rio a trabalho foi com intensa curiosidade. Naquele dia, ouvi de um velho repol – a antiga gíria carioca para

repórter policial –, que cobrir tráfico não é para amadores. Só repeti a experiência mais duas vezes.

O carioca não vive, como a imprensa paulistana faz parecer, apavorado. Tampouco tiroteios estouram em Ipanema a toda hora. Mas a criminalidade é, sim, mais presente lá do que em São Paulo. Não está longe, na periferia, mas próxima, nos morros. Aquele é um mundo tão misterioso quanto presente.

Foi com surpresa que, ao passar o último fim de semana no Rio revendo amigos e família, ouvi de todos algo sobre o filme. Do taxista, do cunhado, do primo. Todo mundo viu *Tropa de Elite* numa cópia pirata e gostou. Nenhum filme nas salas de exibição causa o mesmo impacto.

Não basta ser de graça e estar na rede. É preciso, por exemplo, ajudar a elucidar esse mistério. O que há naqueles morros que vemos ao passar por Ipanema, pergunta-se o carioca de classe média? Como é a vida lá? *Tropa de Elite* responde um pouco.

Não vai, aqui, uma justificativa da pirataria. Muito menos para a revenda de DVDs piratas. O problema é acreditar que o controle sobre informação permanecerá tão possível quanto no tempo em que cinema no Brasil era com Oscarito.

Informação desejada será consumida. *Tropa de Elite* é o primeiro caso de filme que vazou para a internet no Brasil. Vai ficar cada vez mais comum.

O FILME QUE VIROU CASO DE POLÍCIA

Nelito Fernandes

O filme *Tropa de Elite*, uma das maiores promessas de bilheteria do cinema brasileiro neste ano, deveria estrear apenas em novembro. Três meses antes, já entrou em cartaz nas bancas de camelôs. O DVD com uma cópia ilegal do filme está à venda, por R\$ 10, em pelo menos cinco capitais do país. Para lançá-lo com tanta antecedência, a indústria da pirataria recorreu a uma estratégia inédita no país: subornou técnicos envolvidos numa das etapas da produção. Por R\$ 5 mil, os piratas tiveram acesso a uma cópia digital, da qual foi possível extrair milhares de outras. “O filme foi levado para o exterior e replicado lá. Depois, entrou novamente no Brasil”, diz o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual.

O filme revela os bastidores da polícia do Rio de Janeiro sob o ponto de vista de dois ex-policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Bope). É um candidato a seguir o rastro de êxito de produções do gênero,

como *Cidade de Deus* e *Carandiru*. A produção, dirigida pelo premiado José Padilha (do documentário *Ônibus 174*), foi orçada em R\$ 10 milhões, valor alto para os padrões nacionais.

O sucesso do filme, ainda que na versão pirata, reforça a previsão dos produtores de que ele poderá ser um campeão de bilheteria. Já foi exibido clandestinamente até em academias de ginástica da zona sul do Rio. Na zona norte, locadoras colocaram o DVD pirata nas prateleiras, para quem quiser alugar. Grupos de adolescentes se reúnem com amigos para assistir ao filme, que passa de casa em casa em sistema de rodízio. Uma sessão do filme foi exibida na Academia de Polícia do Rio de Janeiro. Quem investiu na pirataria teve um lucro fantástico.

A operação para lançar *Tropa de Elite* mostra a sofisticação atingida pelos piratas no Brasil. As cópias clandestinas têm capas iguais, apesar de ainda não existir uma imagem oficial da produção. Nelas, o título do filme aparece ao lado da imagem de um soldado extraída de um videogame. A padronização das capas, segundo Barreto, mostra que a fonte de todas as cópias à venda nos camelôs é a mesma. Na quarta-feira 29, o técnico de edição Marcelo dos Santos Lima foi detido, acusado de ter feito a cópia que deu origem aos DVDs piratas. Ele responderá em liberdade por violação de direito autoral.

O “vazamento” antecipado do filme revoltou o diretor José Padilha. Em artigo publicado no jornal *O Globo*, ele criticou a mídia e atacou os consumidores. Afirmou que a cópia vendida ilegalmente não é a versão final de sua obra e se mostrou preocupado quanto aos prejuízos que a pirataria pode acarretar. “Ao comprador de produtos piratas, quero lembrar que esses indivíduos (os produtores) têm família, e também precisam de suas rendas para sobreviver”, escreveu Padilha. Depois do artigo, ele resolveu não dar mais entrevistas sobre o assunto.

Apesar do eventual prejuízo que a versão pirata pode causar ao filme, até agora ela parece estar ajudando a promovê-lo. Também no jornal *O Globo*, o colunista Artur Xexéo afirmou que *Tropa de Elite* é o filme do ano. A edição ágil, o funk e o rock da trilha sonora agradam à molecada, que normalmente torce o nariz para filmes nacionais. Para completar a fórmula de sucesso, parte do elenco está na novela *Paraíso Tropical*, da TV Globo. É o caso de Wagner Moura, no papel principal, e de Fernanda Machado.

O filme tem como maior apelo o fato de abordar o tema do momento, sob um ponto de vista privilegiado. “Todo mundo quer discutir a polícia. Em todos os lugares a que eu vou, estão todos falando sobre o filme, virou um fenômeno”, diz Luiz Eduardo Soares, um dos autores de *Elite da Tropa*, o livro que inspirou o filme. Lançado em 2006, ele foi escrito a seis mãos. Além de Soares, que foi secretário nacional de Segurança (*leia a entrevista*), assinam a obra dois ex-policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Bope), André Batista e Rodrigo Pimentel. Ao descrever seu dia-a-dia na corporação, os dois revelaram uma polícia que precisa recorrer a esquemas de

corrupção até para consertar as viaturas que usa. É um retrato realista e que atira contra governo, sociedade e polícia, sem proteger ninguém.

A antecipação dos piratas em relação ao lançamento oficial de *Tropa de Elite* tem duas explicações. A primeira é a enorme expectativa criada em torno do filme. A segunda é a tolerância da sociedade brasileira diante de um crime que provoca prejuízos de mais de US\$ 2 bilhões por ano na indústria cinematográfica. Só nos cinemas brasileiros, a bilheteria caiu mais de 10% nos últimos três anos. Os exibidores atribuem a queda na venda de ingressos ao aumento da oferta de DVDs piratas. “O brasileiro não considera a pirataria um crime. Para ele, é algo menor. O que aconteceu com *Tropa de Elite* mostra que é crime organizado, sim. Não tem outra definição”, diz Ricardo Difini, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Exibidoras de Cinema. “Infelizmente, a estratégia de apreender as mercadorias e prender quem as distribui não é eficaz. O consumidor continua comprando”, diz Barreto, do Ministério da Justiça.

Pelo menos no Brasil, ninguém cogita encarcerar um cidadão que está comprando um DVD pirata. Nem existe respaldo legal para isso. Enquanto a lei prevê prisão de até quatro anos para quem vende, o comprador está sujeito apenas a multa de 3 mil vezes o valor do produto original, ou cerca de R\$ 120 mil no caso de um DVD. Uma nova campanha do Ministério da Justiça, em parceria com os exibidores, pretende sensibilizar quem consome esse tipo de produto ilegal. O mote, desta vez, será “comprar produto pirata é mico”. A campanha terá como alvo quem tem entre 15 e 24 anos, idade que corresponde a 70% dos consumidores de pirataria. “Vamos mostrar que quem compra pirata paga mico”, afirma Barreto. O Ministério também vai divulgar dados revelando o real custo da pirataria. Segundo as autoridades, há 2 milhões de empregos a menos no país por causa dos piratas.

Ainda que não se saiba qual será o impacto da pirataria nas finanças de *Tropa de Elite*, a data de lançamento do filme nos cinemas foi antecipada para o dia 12 de outubro, numa tentativa de evitar um prejuízo maior. Os produtores estimavam que o filme tinha fôlego para vender mais de 3 milhões de ingressos. Também chama a atenção a rapidez da ação policial para combater os piratas nesse caso. Em apenas uma semana, o principal suspeito foi detido. Até nisso o filme parece contribuir com uma reflexão positiva sobre o trabalho policial.

O CHOCANTE É A PLATÉIA

Artur Xexéo

Acabou a lua-de-mel. Enquanto de um lado ficavam os piratas comercializando cópias ilegais de um filme destinado ao sucesso e do outro, os consumidores que não tinham paciência para esperar o filme chegar aos cinemas e ainda contavam com a vantagem de o produto encontrado nas ruas ser mais barato, ninguém tinha dúvida: "Tropa de elite", seu diretor, seu elenco, seus produtores eram os mocinhos. Os bandidos eram os consumidores sem consciência que colaboravam com a teia de sonegação fiscal. Agora que o filme chegou aos cinemas como principal atração de um festival ao qual não faltam grandes atrações, a história é outra: mocinhos são os espectadores indignados com uma suposta exaltação à tortura, com a heroicização de um policial que combate o crime com técnicas pouco humanistas. Bastou uma única sessão de cinema, na abertura do Festival do Rio, para "Tropa de elite" passar de mocinho a bandido.

A crítica que o filme vem recebendo parte de uma premissa equivocada: confunde argumento com intenção do diretor. Acreditar que José Padilha apóia as práticas do Bope por ter feito "Tropa de elite" faz tanto sentido quanto acusar Francis Ford Coppola de ligações com a Máfia por ter dirigido "O poderoso chefão". Os formadores de opinião que já viram o filme - pois é, a gente tem que acreditar que a quase totalidade da platéia do Odeon que assistiu a seu lançamento no festival não conhecia a versão em DVD pirata - confundem protagonista com herói. Se o capitão Nascimento, personagem principal, mata, tortura, faz justiça com as próprias mãos, o filme leva o público a apoiar seu comportamento. Não é bem assim. Há várias seqüências em "Tropa de elite" que põem em dúvida o caráter do capitão Nascimento. Diferentemente de Jack Bauer, por exemplo, só para citar outro protagonista polêmico, que usa a tortura e o homicídio para defender a segurança dos Estados Unidos no seriado "24 horas", Nascimento não tem um comportamento exemplar com a família. Bate na mulher e mal conhece o filho. E não dá para dizer que ele ganha a simpatia da platéia quando, numa reunião para escolher os próximos recrutas do Batalhão, debocha de um ex-candidato que ficou surdo durante o treinamento comandado por ele. "Foi um acidente", justifica com ironia. É esse o herói criado por José Padilha?

As críticas têm se referido ao papel negativo desempenhado no filme por estudantes da PUC que vendem maconha no campus. Vem cá, eu sou o único ex-universitário que sabia quem eram os colegas que, na faculdade, vendiam... hummmm.... ácido lisérgico? (pois é, sou mesmo de outros tempos). Isso não quer dizer que minha faculdade era um antro de viciados ou de traficantes. "Tropa de elite" põe na roda integrantes da Guerra do Rio que não costumam aparecer: estudantes e ONGs que atuam em favelas, principalmente. Qual é o problema? Contrariando Caetano Veloso, desta vez, Narciso acha feio o que é espelho.

O que vem realmente chocando nas primeiras exposições públicas de "Tropa de elite" é o comportamento da platéia. Independentemente das intenções de José Padilha, o capitão Nascimento realmente virou um herói. Já foi indicado para presidente da República por um espectador entrevistado aqui no Segundo Caderno. "Tropa de elite" vem sendo defendido por sua equipe como um filme que apresenta o ponto de vista da polícia. É verdade. Mas isso não é muito diferente do que João Moreira Salles fez, ao dar voz ao capitão Rodrigo Pimentel, no documentário "Notícias de uma guerra particular". A diferença aqui é a reação do público. O público é que aplaude cada tortura em traficante, cada morte de bandido em "Tropa de elite". É mais ou menos o que a gente lê todos os dias nas seções de cartas de leitores dos grandes jornais. Só que, agora, quem aplaude não está distante como o remetente de uma carta, mas na poltrona ao lado na sala de cinema. É difícil de aceitar. Mas "Tropa de elite" está fazendo vir à tona um comportamento até agora silencioso. Não é o filme que faz a classe média apoiar métodos radicais para combater a bandidagem. Talvez o filme ajude a catarse. Melhor do que criticá-lo é refletir sobre o que nos transformou em gente assim.

Há outra coisa que vem ajudando os críticos a encontrarem defeitos ideológicos em "Tropa de elite". Veja bem, são 400 filmes no Festival do Rio. Mas todo mundo só fala no filme de José Padilha.

Torcer pelo capitão Nascimento não é muito diferente do que torcer por Bebel nesta reta final de "Paraíso tropical". Ok, Bebel não tortura ninguém, pelo menos fisicamente. Mas poucas vezes um personagem de novela foi tão mau-caráter e se deu bem durante tanto tempo. Não conheço ninguém que queira ver Bebel na cadeia, no cemitério ou num hospício - os finais tradicionais para vilões em folhetins eletrônicos. Acredite: a culpa não é de Gilberto Braga."

Para Não Morrer na Praia ou: Tropa de Elite contra os Piratas!

Luiz Eduardo Soares

O Rio de Janeiro foi tomado por uma febre contagiante: cópias piratas do filme Tropa de Elite, de José Padilha, estão por toda parte. Não é força de expressão: outro dia, entreouvi a conversa de dois funcionários de um supermercado sobre situações e personagens do filme. Falavam com entusiasmo e se referiam a amigos, parentes e a redes capilares que se multiplicavam, velozes e vorazes: todos atrás de mais uma cópia, para mais uma sessão coletiva do filme, nas casas de uns e outros. Não havia sequer o sentimento de clandestinidade que cerca ações ilícitas. Ali, o entusiasmo era solar e o diálogo desinibido. Passei à área nobre do mesmo supermercado, em que fregueses de classe média lanchavam. O assunto era o mesmo. O tema obsessivo era um só. Tinham visto e veriam de novo, naquela noite. Comentavam detalhes com a vibração de um fla-flu.

Naquele início de noite, eu vinha da Baixada fluminense, onde o DVD pirata não só era comercializado, em cada esquina, como exibido em TVs portáteis. As cenas eram acompanhadas em silêncio, com máxima atenção, por pedestres que se apertavam em torno das telinhas. Passei por Vila Valqueire, Bangu, Jacarepaguá. A conversa era uma só. Dos presídios, chegavam informes: Tropa é um sucesso total. Já me disseram que, em bairros distantes, cópias circulam em vídeo-clubes. Policiais, estudantes, o time do Fluminense: sessões se sucedem. Estive em Campinas para uma palestra e, nas perguntas, adivinhem qual era o tema? Abro a porta para receber um documento do moto-boy e o rapaz, rápido no gatilho: o senhor viu o filme? Já não é mais necessário dizer qual é o filme. Tropa virou “O Filme”.

Mas vejam bem, o tema onipresente, o assunto que fascina e se impõe, atravessando classes sociais e faixas etárias, como eu nunca vira antes, não é a pirataria, mas o filme.

O primeiro impulso de alguém sensato e bem intencionado, respeitoso da legalidade e do trabalho alheio, seria, naturalmente, chamar a polícia, denunciar o esbulho, apontar cada ponto de venda, cada ostentação de desprezo pela propriedade. Entretanto, o segundo impulso dessa pessoa sensata sustaria o movimento inicial: como conter a pandemia? Como conter a proliferação torrencial? Ainda que todas as cópias fossem apreendidas, quantas haveria amanhã, sobre-valorizadas pela razzia da véspera? Cada residência é matriz potencial da reprodução ilegal. O filme – ou sua presente versão – está na internet. E quando o autor declara que a presente versão não é a definitiva, torna-a ainda mais atraente, porque difunde a informação de que, em breve, será moeda rara. Além disso, o que os consumidores querem ver não é a versão do autor, é o filme de que todos falam, é o filme que está por aí, é “O” filme. Uma vez instalada, a dinâmica pirata acompanha as sinapses sociais – nada a contém.

O extraordinário nisso tudo é a natureza paradoxal da situação: um sucesso nunca visto convive com perspectivas assustadoras de fracasso – perda substancial de público e, portanto, de renda. A pirataria está aí, lúgubre e corrosiva: roubo praticado contra um patrimônio que eu sei muito bem quanto custou, em trabalho, dedicação e investimentos, ao diretor, José Padilha, e aos produtores.

Tristeza e alegria. Muito a celebrar, porque o filme, de algum modo, tocou um nervo central da alma popular. E a lamentar: porque já não há sequer escrúpulos para expropriar o alheio.

Que lição se extrai disso tudo? Não saberia dizer, no calor da hora, mas ousaria sugerir que o drama social de que todos somos protagonistas parece indicar que teremos de rever os conceitos de propriedade intelectual, as normas destinadas a protegê-la e os mecanismos institucionais constituídos para implementá-las. Leis contrárias ao fluxo histórico, mesmo justas, em tese, não são aplicáveis, e a inaplicabilidade torna-as irrealistas e contra-producentes – e, nesse sentido,

incongruentes com a própria Justiça. Contra-producentes porque, por sua existência meramente formal, estariam bloqueando alternativas mais aptas a combinar princípios aceitáveis com práticas viáveis. O que a pirataria desenfreada a que assistimos, perplexos, pelo menos no Rio, está a mostrar é, em primeiro lugar, a desproporção entre a tibieza artificial da norma restritiva e a potência dos meios eletrônicos de reprodução; e, em segundo lugar, é a impotência da polícia ante a força do mercado.

Claro que o primeiro culpado pode ser encontrado – aliás, já foi identificado e indiciado. Trabalhava para uma empresa responsável pela adição de legendas ao filme. A origem foi rastreada. Mas de que serve essa prisão, ante a Tsunami das ruas? A polícia não pode ser culpada por uma tarefa irrealizável – acontece com os DVDs o mesmo que ocorre na economia das drogas. Havendo disposição ativa para o consumo, como conter a oferta?

Parece que estamos diante de uma questão muito mais profunda e delicada. Há, como diria o velho Marx, uma contradição entre o estágio de desenvolvimento tecnológico universalmente acessível e o princípio da propriedade de bens imateriais. Na era da reprodutibilidade hipertrofiada e elevada ao paroxismo no universo virtual, é cada vez menos provável que as formas tradicionais de proteção da propriedade intelectual possam ser aplicadas. Sendo assim, não se trata de tentar frear o processo, o que seria patético e, de resto, inútil, mas de redefinir os termos da autoria e dos direitos que encerra, na expectativa realista de que a criatividade dos agentes econômicos reinvente – como ocorreu outras vezes – meios de transformar os vícios privados da pirataria nas virtudes públicas dos ganhos para todos – respeitando-se, claro, o trabalho e o investimento dos autores.

Talvez, no futuro, vários produtos comerciais deixem de sê-lo, mas serviços e novos produtos-meio emergjam, gerando condições de retribuição aos autores. Pode ser que, no futuro próximo, o retorno deixe de depender da venda de bilhetes e de produtos derivados, como DVDs, e se apóie, mais e mais, na agregação de valor derivada da própria aprovação popular, traduzida em interesse do consumidor-espectador. Se fosse assim e se já vivêssemos esse mundo alternativo, o retorno de Tropa de Elite aos autores e produtores já estaria assegurado, não apesar de, mas graças ao interesse que suscita. Por isso, talvez seja necessário proclamar o seguinte: preparemos esse futuro, desde já, ou morreremos na praia, contemplando o triunfo dos piratas.

TROPA DE ELITE CONTRA OS PIRATAS

Luiz Eduardo Soares

A meu ver, o principal problema da pirataria não é saber se pode ou não justificar-se, eticamente, nem é descobrir o que mais a impulsiona: os impostos, os preços dos produtos ou a impunidade. Para mim, crucial é avaliar se - dadas as tendências nacionais e internacionais de crescimento econômico, expansão do acesso aos meios eletrônicos e desenvolvimento tecnológico – a criminalização e a conseqüente repressão apresentam alguma perspectiva de viabilidade. Ou seja, decisivo é saber, afinal de contas, se o caminho do controle é realista. De minha parte, diria que a resposta é negativa. Quer dizer, não me parece realista apostar no caminho da criminalização e da repressão ou do controle. Sendo assim, que fazer para preparar esse futuro próximo, que já se insinua entre nós, penetrando os poros do presente e renunciando Tsunamis de ilegalidade pirata?

A meu juízo, só há dois caminhos: (1) investir na criação de mecanismos alternativos de gratificação e reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual (alternativos a bilheterias, vendas de games, CDs e DVDs). Aliás, é interessante observar que a natureza artesanal do teatro e do show musical, porque dependem da presença humana, protege essas modalidades da pirataria, pelo menos por enquanto, até que os hologramas e outras soluções substituam a experiência direta, sensível, física e presencial. (2) Transformar o limão em limonada, aproveitando a tremenda energia que se desprende do comércio informal ou da circulação clandestina, e fazendo do sucesso de público a base para ganhos indiretos, que remunerem os investimentos originais. Os agentes econômicos acabam encontrando saídas e o mercado termina por abrir picadas rumo a rearranjos mais funcionais (e não nos esqueçamos de conectar essa discussão à problemática das drogas).

Finalmente, vale assinalar que talvez estejamos, pelo viés oblíquo da pirataria, refletindo sobre alguns dos principais temas de nosso tempo, tais como sistemas político-econômicos, valores coletivos e novas projetos de sociedade – menos utópicos e mais democráticos e realistas.

TROPA DE ELITE E ELITE DA TROPA

Luiz Eduardo Soares

Escrever um livro e realizar um filme do ponto de vista de um policial não é incomum, em outros países. Entretanto, no Brasil, aconteceu pela primeira vez. O resultado foi um misto de perplexidade, abjeção e encantamento. Claro que houve todo tipo de reação ao livro e ao filme, como é natural –a este em uma escala extraordinária. Cada produto cultural é apropriado e interpretado segundo códigos valorativos e de acordo com dinâmicas sociais micro-políticas as mais diversas. Por isso, a pluralidade de significados atribuídos ao livro e ao filme por leitores, espectadores e críticos, militantes, gestores e policiais, corresponde antes à multiplicidade babélica da sociedade brasileira do que à polissemia das obras.

Tudo isso é elementar e previsível. O que talvez mereça destaque e alguma reflexão mais atenta é **a tendência narcisista, especular, defensiva e taxonômica, ordenadora e controladora, que acabou predominando, nesse exercício coletivo da hermenêutica**. Pouco, quase nada restou para as obras em pauta. Pouquíssimo se disse a respeito delas, como objetos estéticos, estruturas narrativas, construções formais. Apesar de ambas apresentarem-se como ficções, raramente foram analisadas enquanto literatura e arte cinematográfica. A pregnância da referência, a falácia da verossimilhança, os ardis da representação foram consumidos e reproduzidos, acriticamente, em uma espécie de festival naif da inteligência exegética nacional. *En passant*, uns e outros brindaram os autores, em jornais e revistas, sites e entrevistas, com alusões generosas mas superficiais e fora de tom, quase impertinentes: “livro muito bem escrito”; “filme muito bem feito”. O que seria isso? Como isso se deixaria perceber? Por que poder-se-ia dizê-lo? Quais os critérios e métodos de aferição estética? Quais as séries literárias e cinematográficas em que se inscreveriam as obras e com que marcas distintivas, que singularidades, que contribuições, que reconfigurações das respectivas constelações sintáticas, semânticas, semiológicas, imagísticas, performáticas? Qual contribuição cada obra terá prestado para o enriquecimento do repertório da sensibilidade estética? E --agora sim--, a partir daí, apreendidas as cosmologias internas das obras e suas respectivas tessituras sintáticas, as linguagem e suas dicções, quais conexões de sentido e que mobilizações de percepção poderiam ser explorados, no âmbito de nosso momento histórico-político? Existindo enquanto tais, tendo merecido alguma atenção minimamente respeitosa, tendo sido observadas como os produtos culturais que desejaram ser, justificar-se-ia indagar como as obras (filme e livro) interpelariam nosso tempo e nossas posturas, as instituições policiais e sua degradação, a brutalidade selvagem, o êxtase que suscita, a repulsa que provoca, a rejeição que exige.

Não, não foi assim, não tem sido assim, salvo raras e honrosas exceções. Ao contrário, antes de situarem-se ante as obras que os interpelavam como construções discursivas -em cujo horizonte a problemática da representação era processada, desafiada, estendida, experimentada, examinada, revolvida, desconstruída-, a maioria dos críticos culturais e “formadores de opinião” apressaram-se a: (1) classificar as obras, segundo categorias político-ideológicas ou morais. (2) Operação pela qual e em cujo cumprimento, o autor da crítica falava mais de si do que da obra; mais das virtudes de suas crenças e de seus valores, do que do objeto que lhe suscitara tantas reações; mais das reações do que de sua fonte externa. (3) Classificar é uma forma de ordenar o mundo, que parecia ameaçado pelas obras em pauta. Mas não qualquer mundo. (4) Tratava-se do mundo de quem classificava o que lia e via. Este é que parecia sob risco de ruir, na iminência de um colapso. Portanto, nesse caso, o esforço de organizar o caos potencial implicava exorcizar o caos internalizado, para limpar-se, proteger-se, diferenciar-se desse outro assustador. O caos, como o inferno, é o outro, são os outros. Ocorre que, ante a natureza especular e narcísica desse freqüentar a obra sem abrir-se às suas peculiaridades internas, à sua identidade; ou, para dizê-lo de outro modo: ante a natureza eminentemente especular desse olhar o livro e o filme (olhar que nada vê nesses outros, nessas obras, além do espelho de suas próprias reações), o titânico empreendimento taxonômico toma como objeto o próprio sujeito que lê e olha, sem ver. Eis porque esse ordenamento do mundo corresponde a um auto-ordenamento. E a sensação de insegurança, caos, desordem, tem como referente o mundo interno de quem classifica e julga. (5) Impõe-se, aqui, a interrogação: por que terá tido tanto poder desestabilizador, subversivo, desorganizador, a voz desse protagonista policial, tanto no livro quanto no filme –voz atravessada por angústias e ambivalências, contradições, agressividade e insegurança, culpas e hesitações, sob a aparência de distanciamento irônico e auto-suficiente?

Eis um ensaio de resposta: essa voz e esse personagem, no livro e no filme, não são facilmente compreensíveis. Assustam e fascinam. Sofrem e se rejubilam com os excessos. Soam edificantes e morais, permitindo-se, todavia e paradoxalmente, aberrações repugnantes e primitivas. Mas tudo o que fazem e dizem é desconstruído pela forma e pelo jogo do conteúdo (separação inadequada, que apenas serve ao propósito de resumir), em dimensões complementares e suplementares, do enredo e da estrutura narrativa. Por isso, talvez, a compulsão à repetição, a rever mais e mais o filme, a reler cenas –no vício e na coleção, a peça que sobra e falta impede o apaziguamento das equações que fecham e das pontas que se harmonizam, em um todo unívoco e coerente. Afinal, no livro e no filme, a equação não fecha. Nenhuma explicação unilateral dá conta do universo de emoções e valores representado (redescrito). E daí talvez a razão pela qual a metáfora nuclear seja a tortura. Torturar é reificar o outro, tomando seu corpo como objeto e levando esse aviltamento ao limite, submetendo vontade e sensação alheias. Mas não é esse o sentido último do movimento de quem se recusa a abrir-se para a singularidade da voz que ouve, da obra que lê ou vê? Esse solipsismo, essa clausura narcísica, essa paranóia defensiva e agressiva, essa impossibilidade de abrir-se e oferecer um espaço de

acolhida para a obra em sua densidade distintiva, essa obsessão pelo julgamento, essa volúpia taxonômica, não seriam, essas patologias da leitura, equivalentes metafóricos da tortura? Esses dós de peito morais e politicamente patrulhadores não seriam mimetismos patéticos do capitão Nascimento? Ou seja, quem detesta o personagem não o odeia por identificar-se com ele? E isso não acaba obliterando a sensibilidade hermenêutica, a qual exigiria abertura para o outro, para a alteridade que a obra afirma, representa e dramatiza?

GUERRA É GUERRA, DIZIA O TORTURADOR

Marco Aurélio Weissheimer

“Tropa da Elite” apresenta o testemunho do capitão Nascimento como a expressão mais fiel da realidade da guerra do tráfico. Essa pretensão, além de ser falaciosa, flerta perigosamente com a frase que virou título-denúncia de um livro sobre a ditadura.

“Tropa de Elite” pretende ser um filme realista. Essa pretensão aparece no cartaz promocional do filme que afirma que, entre as muitas versões de uma guerra, a que é a apresentada ali é a verdadeira. Não é. A menos que se considere que testemunhos em primeira pessoa sejam um meio de acesso privilegiado à realidade. Na verdade, costumam ser um meio de acesso privilegiado à percepção de quem testemunha. Se tomarmos a narrativa baseada nas experiências do capitão Nascimento como retrato fiel do que acontece nos morros do Rio de Janeiro porque é a narrativa de alguém que participou diretamente da guerra, deveríamos fazer o mesmo com uma narrativa de um traficante que relate como vê a mesma guerra. Teríamos, então, duas narrativas, dois testemunhos, duas realidades. Valeria a mesma lógica também para o testemunho de um morador de favela que vivencia a mesma guerra.

A pretensão em transformar o testemunho do capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) em representação fiel da realidade conspira logicamente contra si mesma. Mas, do ponto de vista da recepção do filme na sociedade acaba funcionando. O padrão médio dos comentários de quem vê o filme reconhece nele uma narrativa realista. Há elementos para tanto: a violência da guerra do tráfico, a tortura como prática de policiais e traficantes, a corrupção policial, a hipocrisia de setores de classe média, entre eles. O resultado final evidencia que mostrar elementos de realidade é uma condição necessária porém não suficiente para representar “a realidade”. Alguém poderá questionar: quer dizer que você (o autor destas linhas) está mais habilitado para falar da realidade da guerra do tráfico do que alguém que está na linha de frente dessa guerra?

Uma teoria cheia de buracos

Certamente que não, é a resposta. No entanto, esse texto não tem a pretensão de falar da “realidade” da guerra do tráfico, mas sim de questionar o suposto privilégio realista do testemunho de uma das partes do conflito. A fragilidade dessa pretensão fica exposta no filme. O capitão Nascimento, personagem central e condutor da narrativa, tem uma teoria própria sobre as causas da guerra e o melhor meio de enfrentá-la. Trata-se de uma teoria cheia de buracos: buracos de bala e buracos lógicos. Desde o início, a narrativa nos alerta para o fato de que “o policial também é um ser humano”, com problemas e angústias pessoais. Do outro lado da trincheira, estão os traficantes que, por oposição, são apresentados como animais ferozes que devem ser abatidos à bala, versão esta que, provavelmente, conta com a simpatia de considerável parte da sociedade.

Em um nível intermediário aparecem os policiais corruptos e os ongueiros hipócritas que consomem drogas e fazem passeatas contra a violência. E, de um modo muito lateral, aparecem algumas referências sobre o envolvimento de políticos. No meio desse pântano, a tropa do BOPE é apresentada como o que há de melhor na polícia. São os policiais melhor treinados, melhor equipados e incorruptíveis. O processo de seleção para candidatos a integrar o batalhão mostra que seus comandantes sabem quem é corrupto e quem não é, na polícia. As ações da tropa de elite, no entanto, convivem diariamente com o problema do estreito vínculo existente entre o tráfico e a corrupção policial. Mas, no filme, não incidem sobre ela. Ou seja, a tropa de elite, o que há de melhor na polícia militar, é absolutamente ineficaz para enfrentar um dos principais elos da violência. Em que sentido, pois, ela pode ser chamada “de elite”?

O argumento dos defensores da tortura

A resposta aparece no filme. Aparece já no símbolo do BOPE: a caveira, o símbolo da morte. Os policiais do batalhão são profissionais altamente treinados – melhor treinados do que o exército de Israel, assegura o capitão Nascimento – e, quando sobem o morro, o fazem de maneira profissional, só atiram para matar. As operações especiais, tal como nos é mostrado na tela, incluem tortura e execuções sumárias. A reação média de quem assiste ao filme parece aprovar tais métodos. Ela pode ser sintetizada na máxima repetida exaustivamente pelo líder da tropa: estamos numa guerra e, numa guerra, vale tudo. Ou como afirma o título de um livro sobre a ditadura militar (de autoria de Índio Vargas), “Guerra é guerra, dizia o torturador”. Sempre foi esse, em primeira e última instância, o argumento dos defensores da pena de morte, da tortura e das execuções sumárias. Essa é “a realidade”, dizem.

A “realidade” apresentada no filme atribui forte responsabilidade aos ongueiros de classe média, e aos jovens da classe média carioca em geral, pela violência do tráfico. “Nós temos que limpar a sujeira que vocês fazem”, diz um dos aspirantes a ser futuro comandante do batalhão. Esse mesmo personagem irrompe em uma manifestação de uma ong contra a violência, enchendo de porrada um destes jovens. Em relação aos policiais corruptos, no entanto, o que vemos é que eles são impedidos de entrar no BOPE, mas liberados de qualquer outra condenação. Tudo se passa como se a existência de policiais mal pagos, mal treinados, mal equipados e corruptos fosse uma condição para a própria existência da tropa de elite que, sem esconder seu desprezo pela “ralé” do resto da polícia, acaba se constituindo em uma espécie de grupo paramilitar. Um grupo que tem vida própria e que está fora do Estado, como fica evidenciado na cena do enterro de um dos membros do grupo, quando a bandeira nacional é encoberta pela caveira do BOPE. A mensagem aí é forte é explícita: o Estado falhou, vocês precisam de nós.

De leitor de Foucault a matador

Há um outro elemento que conspira contra o suposto caráter “de elite” da tropa. Desde o início do filme, o capitão Nascimento nos conta que quer largar aquela vida e está em busca de um sucessor. O escolhido, no final, é o mais equivocados dos personagens. André Matias estuda Direito na “melhor faculdade do Rio de Janeiro”, é leitor de Foucault e convive com os “ongueiros” detratados no filme. Desde o início, o capitão Nascimento afirma que essa combinação era algo incompatível para um policial, principalmente para um integrante do BOPE. Matias se apaixona por uma ongueira, sobe o morro, convive com traficantes e oculta sua identidade de policial de seus colegas de faculdade. Resultado: acaba contribuindo para a morte de três pessoas. Sua foto durante uma ação policial é publicada nos jornais e sua identidade é revelada. Ele parece não dar bola para o fato, não avisa a ninguém, e acaba enviando um colega e amigo para a morte.

Esse verdadeiro “gênio” acaba sendo o sucessor do capitão Nascimento na tropa de elite. Na cena final, ele é batizado no comando com uma doze na mão, pronto a explodir a cara do traficante que matou o seu amigo (morte pela qual ele também foi responsável), em mais uma execução sumária. Deixou de ser um ingênuo, tornou-se um filho da caveira, pronto para matar. Alguns críticos disseram que o filme é uma peça publicitária do BOPE. Uma publicidade esquisita, pois o que aparece é um grupo paramilitar que age à margem da lei, usa a tortura como método e pratica execuções sumárias impunemente. É isso? É preocupante, para todos aqueles que não desistiram de idéias como democracia, lei e direito que essa representação da “realidade” seja aplaudida em algumas salas de cinema. Os aplausos têm endereço certo: seu objeto de desejo é a caveira do BOPE.

Entre as ongs e os paraísos fiscais

O privilégio dado ao testemunho do capitão Nascimento e a pretensão de apresentá-lo como uma fiel expressão da realidade mal consegue esconder outras facetas dessa realidade que, ou aparecem muito lateralmente no filme ou simplesmente não aparecem. O tráfico de drogas é hoje uma das indústrias mais poderosas do mundo, com braços no sistema financeiro, político, jurídico e empresarial. Enfatizar a responsabilidade de ONGs na cadeia da violência e silenciar, por exemplo, sobre o papel dos paraísos fiscais na lavagem de dinheiro advindo do tráfico denuncia essa pretensão de realismo. Um filme não tem a obrigação de falar de tudo ao mesmo tempo, poderá dizer alguém. É verdade. E é justamente por isso que, aquilo que ele retrata, é apenas o testemunho de alguém envolvido em uma guerra. Querer alçar esse testemunho à condição de “o mais fiel retrato da realidade” é um passo gigantesco que, dado o conteúdo do testemunho, flerta perigosamente com a máxima: “guerra é guerra, dizia o torturador”.

Marco Aurélio Weissheimer é jornalista da Agência Carta Maior (correio eletrônico: gamarra@hotmail.com)

PESADELO

Marcos Rolim

“Tropa de Elite” é um grande filme que, a par de suas virtudes, carrega uma equação não resolvida que ameaça devorá-lo. Assisti-lo é como estar diante de um pesadelo que se sabe verdadeiro. Tudo nele é real, com o detalhe de que o real de que ele é feito é absurdo. Assim, temos uma polícia corrupta e sócia maior do crime; policiais que vendem armas aos traficantes que, logo adiante, serão empregadas para matar policiais; que transportam cadáveres de uma área para outra, para que o comando possa apresentar um “relatório melhor”; que cobram propina dos subordinados para conceder-lhes férias, entre tantas outras práticas delituosas. Então, de absurdo em absurdo, vida e morte nos são apresentadas da maneira como tantas delas se constituem nesta época: como sombras desprovidas de sentido ou razão.

Dois personagens surgem na tela com maior densidade: o “Capitão Nascimento” (Wagner Moura) e seu colega, o “aspirante Matias” (André Ramiro). Ambos são policiais honestos e integram o BOPE. Nascimento é um facínora que mata e tortura. É ele o narrador. Na visão alienada na qual está imerso, “policial de verdade” não pode ser estudante e sua opção digna é a “guerra”. Os demais, “ou se omitem ou se vendem”. Mas Nascimento vai ser pai e sua vida familiar se

deteriora; ele vacila, quer largar a farda, toma remédios e procura uma psiquiatra (sem, entretanto, conseguir falar). O que há de mais humano nele, de qualquer forma, se despede. Ele próprio já é um discurso para revestir a exaustão e a covardia. Entre a humanidade e a caveira, Nascimento tem uma opção e ela cabe dentro do saco com o qual tortura suas vítimas. Matias é, neste particular, mais interessante. Quer se formar em direito e é um policial vocacionado à ciência. Nele, não há cinismo, mas solidariedade e paciência. No decorrer da ação, entretanto, Matias irá suceder Nascimento, adquirindo suas características violentas. O percurso de Matias é o da razão em direção à barbárie; do homem virtuoso ao assassino. Um percurso que não é exatamente “dele”, mas das suas circunstâncias e da sua instituição. Com ele, o absurdo se fecha e se renova absurdamente.

O que ocorre é que parte do público que assiste “Tropa de Elite” não vê este filme. Impregnados por valores violentos, muitos “aderem” ao discurso do narrador. Na pré-estréia em Porto Alegre, algumas pessoas riram durante as cenas de tortura e, por certo, parte do público gostaria que tivéssemos um BOPE na cidade (sem sequer se perguntar sobre os resultados colhidos pelos “caveiras” cariocas após anos de execuções em favelas). Bem, o filme não criou este público e não pode ser culpado pelo fato do Brasil possuir pouco mais de 30% de retardados morais que apóiam a tortura (Ver “A Cabeça do Brasileiro” de Carlos Alberto Almeida, Record, 2007) Mas não me parece um acidente o fato do filme permitir uma “leitura autoritária”. Talvez, o ponto central seja a humanidade dos demais personagens – policiais convencionais, estudantes e traficantes. Para o narrador, eles são apenas “inimigos” – está claro. O problema é que o filme os mostra assim, o que os transforma em pouco mais que caricaturas. Nesta equação mal resolvida, “Tropa de Elite” não criou os “antídotos” presentes, por exemplo, em “Notícias de uma Guerra Particular”; o extraordinário documentário que, a rigor, está no início de toda a história. Vendo o filme, me lembrei da inscrição “El sueño de la razón produce monstruos”, da famosa tela de Goya. Nada mais verdadeiro. Resta saber se “Tropa de Elite” irá contribuir para nosso despertar ou para nosso sono.